

LEI N. 2.282 DE 13 DE MARÇO DE 2.006

"TRANSFORMA PARTE DE ÁREA RURAL EM URBANA, DECLARA DE INTERESSE PÚBLICO ÁREA QUE ESPECIFICA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A DESAPROPRIAR AMIGAVELMENTE OU JUDICIALMENTE, BEM COMO ALIENAR AO CDHU POR DOAÇÃO O IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ANTONIO ALVES DA SILVA, *Prefeito Municipal de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE PARAPUÃ, APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA em redação final a seguinte Lei:-*

Artigo 1º - *Fica transformada em área urbana, 02,00 alqueires, iguais a 04,84 hectares de terras ou também 48.400 metros quadrados, localizado neste município de Parapuã, Comarca de Osvaldo Cruz, desmembrado da Estância Goiânia, e que está dentro do seguinte roteiro e confrontações: “começa no ponto de divida entre Prefeitura Municipal de Parapuã (antigamente Sr. Geraldo Aparecido da Costa) e conjunto Habitacional Nosso Teto, rumo S. 77º 58`e distância de 134,01 metros e confronta com área remanescente de Ibis Pereira Tarley (A02), daí deflete a direita e segue com o mesmo confrontante em rumo S. 18º 28`W. e distância de 447,64 metros, daí deflete a direita acompanhando a rodovia de acesso à Parapuã no rumo 58º 30`W. distância de 95,32 metros, daí deflete a direita confrontando com Chácara Boa Vista, Loteamento Moreira e Conjunto Habitacional Nosso Teto, até o ponto inicial, no rumo N. 11º 03`E. distância de 413,38 metros até o ponto inicial; estando dito imóvel cadastrado no Ministério da Fazenda – INCRA – (CCIR) sob o n. 615.161.009.059-1, de propriedade de Ibis Pereira Tarley.*

Artigo 2º - *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a informar ao INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária sobre a transformação de que trata a presente Lei, de área rural para urbana do Município de Parapuã, Estado de São Paulo.*

LEI N. 2.282 DE 13 DE MARÇO DE 2.006

Artigo 3º - Fica declarado de Interesse Público, a área acima descrita, para construção de casas populares em parceria com o Governo do Estado de São Paulo.

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a desapropriar amigavelmente ou judicialmente a área de que trata esta lei.

§ único – A área foi avaliada pela Comissão de Avaliação, pelo valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Artigo 5º - Para custear as despesas de que tratam esta Lei, serão utilizados os recursos próprios da municipalidade, previstas no orçamento vigente, suplementados se necessário.

Artigo 6º - Fica a Prefeitura Municipal de Parapuã, autorizada a alienar à COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, por doação, sem quaisquer ônus ou despesas para esse, inclusive as decorrentes de lavratura e registro de escritura, certidões, taxas, impostos e emolumentos, a área de que trata a presente Lei.

Artigo 7º - A doação a que se refere a presente Lei será feita para que a CDHU destine os imóveis doados às finalidades previstas na Lei Estadual n. 905, de 18 de dezembro de 1.975.

§ único - A doação será irrevogável e irretratável, salvo se for dada aos imóveis, destinação diversa da prevista na mencionada Lei.

Artigo 8º - A Prefeitura Municipal se obrigará, na Escritura de Doação, a responder pela evicção do imóvel, devendo desapropriá-los e doá-los novamente à donatária

LEI N. 2.282 DE 13 DE MARÇO DE 2.006

CDHU se, a qualquer título, for reivindicado por terceiros ou anulada a primeira doação, tudo sem ônus para a mesma.

Artigo 9º - *A Prefeitura Municipal doadora fornecerá à CDHU, toda a documentação e esclarecimentos que as fizerem necessários e forem exigidas e após a Escritura de Doação, inclusive Certidão Negativa de Débito - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, Certidão da Receita Federal e Certidão do FGTS para efeito do respectivo registro.*

Artigo 10 - *Da Escritura de Doação deverão constar, obrigatoriamente, todas as Cláusulas e condições estabelecidas nesta Lei.*

Artigo 11 - *Enquanto estiverem no domínio da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL E URBANO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CDHU, os bens imóveis, móveis e os serviços, integrantes do Conjunto Habitacional que ela implantar neste Município, ficam isentos de tributos municipais.*

Artigo 12 - *Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal de Parapuã, 13 de março de 2.006.

ANTONIO ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal Parapuã

Publicada e registrada em livro próprio na Secretaria da Prefeitura Municipal de Parapuã e afixada em lugar de costume na data supra.

NATÁLIA DUARTE DE OLIVEIRA MELO
Secretária Designada